

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens que se seguem, relativos ao Poder Legislativo, aos direitos e garantias fundamentais, e às funções essenciais à justiça.

- 51** O defensor público, por exercer a advocacia dentro de suas atribuições institucionais, submete-se à disciplina prevista no Estatuto da OAB e na legislação que prevê o regime próprio da Defensoria Pública.
- 52** É inconstitucional a fixação do maior tempo de serviço público estadual, federal e municipal como critério de desempate em promoção funcional de membros do Ministério Público.
- 53** É privativa do chefe do Poder Executivo a iniciativa legislativa para edição de normas que pretendam modificar a remuneração de servidores públicos.
- 54** É constitucional o compartilhamento direto de dados cadastrais genéricos com os órgãos de persecução penal, para fins de investigação criminal, independentemente de autorização da justiça.
- 55** É direito fundamental do cidadão o sigilo inviolável de sua correspondência, sendo considerada ilícita a prova obtida mediante abertura de carta ou de pacote sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais.
- 56** Os procuradores-gerais dos estados e do Distrito Federal devem ser escolhidos dentre os membros da carreira de procuradores, cuja seleção se dá por meio de concurso público de provas e títulos.

No que se refere à administração pública, ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e à organização do Estado, julgue os itens seguintes, de acordo com o STF.

- 57** É competência comum da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre a posse e o porte de armas de fogo em território nacional.
- 58** A invocação de escusa de consciência por motivo de crença religiosa não justifica a realização de etapas de concurso público em datas e horários diferentes da previsão contida em edital.
- 59** Não é ofendida a regra constitucional da irredutibilidade do salário quando ocorre o aumento da carga de trabalho do servidor público, mas permanece inalterada a remuneração por ele percebida.
- 60** A denúncia, pelo presidente da República, de tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional produz efeitos no ordenamento jurídico interno independentemente da sua aprovação pelo Congresso.
- 61** É inconstitucional, em qualquer esfera da Federação, a adoção de reeleições sucessivas ilimitadas para os mesmos cargos na mesa diretora das casas legislativas.
- 62** No processo legislativo de conversão de medida provisória em lei, é inconstitucional a inserção, por meio de emenda parlamentar, de matérias de conteúdo estranho ao objeto originário da medida provisória.

No tocante aos princípios e aos poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 63** A omissão ou a observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato administrativo configura o desvio de finalidade.
- 64** A avaliação das políticas públicas realizada pelos órgãos e entidades da administração pública, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, pode ser considerada um desdobramento do princípio da eficiência.
- 65** O princípio da impessoalidade determina que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

A respeito do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue os itens seguintes, com base na Lei n.º 8.112/1990.

- 66** A penalidade disciplinar aplicável ao caso de acumulação ilegal de cargos públicos é a demissão, independentemente da comprovação da boa-fé do servidor público envolvido.
- 67** Assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade são fatores utilizados para avaliar a aptidão e a capacidade do servidor público que esteja em estágio probatório.
- 68** Durante o gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família, fica impedido o servidor público de exercer atividade remunerada.
- 69** As diárias são vantagens de natureza indenizatória que podem se incorporar aos vencimentos do servidor público.

A respeito da improbidade administrativa e do processo administrativo, julgue os próximos itens.

- 70** As pessoas com deficiência terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, dos procedimentos administrativos em que figurem como partes ou interessadas.
- 71** É condição para a posse e para o exercício de agente público a apresentação, ao serviço de pessoal competente, de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- 72** A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação de competência, desde que haja conveniência administrativa e circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

De acordo com o Código de Conduta dos Servidores da Justiça Federal (Resolução n.º 147/2011 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ), julgue os itens subsequentes.

- 73** A responsabilidade social e ambiental é dever de todos os servidores e gestores da justiça federal de primeiro e segundo graus, com vistas a promover a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social, combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente.
- 74** Integridade, transparência com a imprensa, proibição de conflito de interesses, respeito e moralidade são princípios aplicáveis à conduta de todos os servidores e gestores da justiça federal de primeiro e segundo graus.

Em relação às abordagens teóricas da administração, às funções administrativas, e à estrutura e à cultura organizacionais, julgue os itens subsecutivos.

- 75** O encorajamento à cultura de aprendizado organizacional requer a análise e a reflexão das tomadas de decisão, bem como o posicionamento de colaboradores com conhecimento estratégico em posições-chave.
- 76** Entre as vantagens da abordagem burocrática da administração estão a facilidade de ajustamento às mudanças organizacionais e a personalização do relacionamento entre os colaboradores.
- 77** A estrutura organizacional do tipo matricial apresenta como vantagens a flexibilização da equipe de trabalho e o foco centrado no produto ou na prestação de serviços.
- 78** A função administrativa denominada organização abarca a definição dos objetivos estratégicos organizacionais, bem como dos meios para alcançá-los.

Acerca da gestão de pessoas nas organizações públicas, julgue os itens que se seguem.

- 79** A incerteza da resolução de conflitos no ambiente de trabalho atua como elemento de estresse organizacional e evidencia que a interpretação do colaborador acerca da situação conflituosa está associada à probabilidade com que ele acredita que pode lidar diligentemente com o desafio apresentado.
- 80** O comprometimento organizacional instrumental espelha o grau em que o colaborador se sente aprisionado ao ambiente de trabalho e compensa os altos custos econômicos, sociais e psicológicos associados ao abandono desse ambiente.
- 81** A denominada dimensão numérica do desafio da flexibilidade organizacional está associada à variação das tarefas realizadas e ao alargamento das competências e das qualificações de cada colaborador.

A respeito da gestão da qualidade nas organizações públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 82** O desdobramento da função qualidade é uma ferramenta utilizada para avaliar, por meio de questionários específicos, a satisfação do cliente em função da diferença entre a expectativa e o desempenho obtido com o produto ou serviço.
- 83** Para Juran, um dos principais teóricos da gestão da qualidade, o princípio do zero defeito estende-se para além da perfeição do produto ou serviço, devendo todos os colaboradores da organização estar comprometidos em produzir com perfeição desde a primeira tarefa do processo.
- 84** A supressão de uma etapa do ciclo PDCA origina prejuízos ao processo como um todo, devendo-se evitar fazer uma ação sem antes planejá-la, bem como executar uma ação e não a checar.

Acerca da gestão de processos nas organizações públicas, julgue os itens a seguir.

- 85** A identificação de oportunidades de melhoria em um processo pode requerer o redimensionamento de novos recursos materiais e tecnológicos, a determinação de novos fatores viabilizadores da solução proposta e a identificação de barreiras para as mudanças necessárias.
- 86** A identificação das áreas atuantes em determinado processo, das fronteiras de cada processo e de seus objetivos, junto ao levantamento do macrofluxo das suas atividades, são etapas do mapeamento de processos.
- 87** A utilidade dos indicadores adotados na gestão de processos circunscreve-se à internalização das necessidades e expectativas dos usuários e à possibilidade do desdobramento das metas organizacionais.

Julgue os itens seguintes, a respeito da administração pública indireta, dos atos administrativos e da requisição.

- 88** Na requisição de servidor, o agente público requisitado passa a ter exercício no órgão ou na entidade requisitante, mas mantém a lotação no órgão ou na entidade de origem.
- 89** As fundações públicas são criadas por lei, podendo ser entidades de direito público ou privado e realizar atividades também de interesse público ou privado, desde que não tenham fins lucrativos.
- 90** Com relação ao seu aspecto material, o ato administrativo é regido pelo regime jurídico de direito público, e deve ser exarado em conformidade com a forma prevista no ordenamento jurídico.

No que concerne ao conceito de orçamento público, aos princípios orçamentários, ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue os itens a seguir.

- 91** A fase de execução do ciclo orçamentário se encerra imediatamente após o final da vigência da LOA, sendo este o momento em que se inicia a fase de controle desse ciclo.
- 92** O princípio da universalidade prevê que todas as receitas e despesas estarão incluídas na lei orçamentária pelos seus totais, sendo proibidas quaisquer deduções.
- 93** O orçamento, em seu conceito moderno, expressa em termos de dinheiro, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa.
- 94** O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional propondo modificação no projeto de lei orçamentária anual (LOA) enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista de Orçamentos, da parte cuja alteração é proposta.
- 95** O encaminhamento da proposta orçamentária do TRF da 6.^a Região deverá ser feito pelo presidente deste tribunal diretamente ao Poder Executivo Federal, que poderá fazer ajustes caso a referida proposta se encontre em desacordo com os limites estipulados pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- 96** O programa é o atributo da programação que promove a integração entre as áreas de planejamento e orçamento, de modo a vincular o conteúdo do plano plurianual (PPA) e o da LOA.
- 97** Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- 98** Entre as fontes de recursos autorizadas para a abertura de crédito suplementar ou especial, é possível o uso do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e os provenientes de excesso de arrecadação, desde que não comprometidos.

Acerca da receita pública e da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

- 99** Na classificação programática da despesa, denomina-se atividade o instrumento utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção, à expansão ou ao aperfeiçoamento da ação governamental.
- 100** Classificam-se como receitas orçamentárias todos os ingressos de recursos durante o exercício que constituam elemento novo para o patrimônio público, tais como a arrecadação de tributos e de rendas pelo seu patrimônio, bem como as cauções recebidas.
- 101** O ato emanado de autoridade competente que cria para um estado obrigação de pagamento é aquele que dá ensejo à liquidação de uma despesa pública.
- 102** A classificação por fonte de recursos permite classificar as despesas de acordo com as receitas que possuem as mesmas normas de aplicação.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), julgue os itens que se seguem.

- 103** Caso os estados, o Distrito Federal e os municípios deixem de disponibilizar suas informações e seus dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, eles ficarão vedados de contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.
- 104** Os recursos vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação apenas no exercício financeiro em que ocorrer o ingresso, ainda que ela ocorra por meio de lei.
- 105** A despesa corrente derivada de ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios é considerada obrigatória de caráter continuado.

Em relação ao termo de execução descentralizada, julgue o item seguinte.

- 106** No termo de execução descentralizada, é facultativa a presença de cláusulas que estabeleçam a classificação funcional programática da despesa e as hipóteses de denúncia.

Acerca de classificação de materiais e gestão de estoques, julgue os itens que se seguem.

- 107** A identificação do ponto ou momento de reposição de cada material estocado é um pressuposto fundamental para o dimensionamento de estoques.
- 108** Um dos atributos para a classificação dos materiais é o da simplicidade, que possibilita interfaces com outros tipos de classificação e proporciona uma visão macro do controle de estoques.
- 109** A gestão de estoques busca garantir o abastecimento de materiais à empresa, de modo a minimizar problemas como os advindos da sazonalidade no suprimento.
- 110** A metodologia de classificação de materiais de uma empresa deve ser definida e testada em um departamento específico e, posteriormente, replicada para os demais setores da organização.

No que se refere a compras em geral e a compras no setor público, julgue os itens seguintes.

- 111** O termo de referência para compras no setor público deve conter, entre outros aspectos, a especificação do produto, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.
- 112** A publicação do edital, que deve ser realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas, dá início à primeira fase do processo licitatório.
- 113** O *trade off* entre os gastos com estocagem e com pedidos deve ser considerado para o cálculo do lote econômico de compra.
- 114** Para seleção de fornecedores cadastrados numa empresa, devem ser avaliados: preço do frete, confiabilidade, distância, detalhes dos procedimentos de entrega e preço final do material/produto.

A respeito do recebimento, da armazenagem e da distribuição de materiais, julgue os seguintes itens.

- 115** Considerando-se as características territoriais do Brasil e o fato de que a maioria da população brasileira está fixada em até 500 km da costa, o modal de larga escala recomendado como matriz de transporte para o país é o aquaviário, a partir da navegação interior.
- 116** O processo de recebimento de matéria-prima nas instalações da fábrica é finalizado com a recepção do representante do fornecedor e o procedimento de cadastramento no sistema.
- 117** O emprego de modais de transportes de larga escala, que transportem maior volume de carga, leva à tendência natural de diminuição do custo do frete.
- 118** O ambiente do tipo *cross docking* de um armazém tem como característica a não estocagem de produtos.

No que diz respeito à gestão patrimonial, julgue os próximos itens.

- 119** O sistema de depreciação é diretamente proporcional à vida útil do bem patrimonial.
- 120** O recebimento do código de registro único e intransferível é um requisito primordial para o tombamento patrimonial de um bem.